

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 24 / 2016

13 de dezembro de 2016



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 13 dezembro de 2016

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

Página

CÂMARA MUNICIPAL

23.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 30 de novembro de 2016

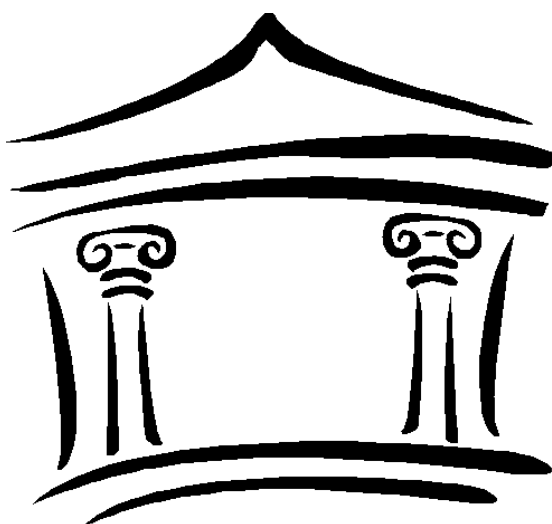
Voto de Pesar “Falecimento de Fidel Castro”	7
Retirada de ponto da ordem de trabalhos da presente reunião	8
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	8
Designação para provimento do cargo de Direção Superior de 1.º Grau	8
Abertura de Procedimento concursal para cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau	8
Ratificação da Proposta n.º 15/PRES/2016, datada de 12 de outubro de 2016,	9
Extinção do Direito de Superfície sobre a parcela de terreno municipal com a área de 6.000 m2, sita na Arroja e Rio Açude, Lote 80, Freguesia e Concelho de Odivelas	9
Delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros, respetivos termos de referência e abertura do período de discussão pública	9
Delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, respetivos termos de referência e abertura do período de discussão pública	13
Delimitação da Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente, respetivos termos de referência e Relatório de Ponderação da Discussão Pública	17
Transferência para a Junta da União de Freguesias da Pontinha e Famões de reembolso	22
Aditamento à Proposta de Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico para o ano letivo 2016/2017	23
Atribuição de subsídio de Fundo de Maneio aos Jardim de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Odivelas para 2016/2017	23
Atribuição de subsídio de fotocópias, fotocopadoras e contrato de manutenção aos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo da Rede Pública para o ano letivo 2016/2017	23
Cedência de transporte municipal à Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro de Santo Eloy	23
Atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas	24
Aceitação de doação de uma fotografia	24
Aceitação de doação de uma pintura	24
Alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89, para os lotes 55, 58 e 75, do Bairro Novo do Trigache na União das Freguesias de Pontinha e Famões	24
Indeferimento da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2001, para o lote 207, do Bairro Trigache Norte AUGI 1 na União das Freguesias de Pontinha e Famões	24
Não exercício de direito de preferência em área classificada como Área de Reabilitação Urbana (ARU) por parte da Câmara Municipal de Odivelas	24
Substituição de hipoteca legal constituída sobre o lote 55 do Bairro Quinta das Canoas na União das Freguesias de Pontinha e Famões	25
Substituição de hipoteca legal constituída sobre o lote 212 do Bairro Sol Nascente na União das Freguesias de Pontinha e Famões	25



	Página
UNIDADES ORGÂNICAS	
DESPACHOS	25
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	27
ASSEMBREIA MUNICIPAL	
5.ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada em 24 de novembro de 2016	
Votos de Pesar	31
Moções	32
Proposta de Recomendação	34
18.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 29 de novembro de 2016	
Mapa de Pessoal 2017 dos serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas	34
Documentos Previsionais 2017 dos serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas	34
3.ª Revisão Orçamental (extraordinária) de 2016, 14.ª Modificação Orçamental	35
Proposta de aquisição da totalidade das participações sociais da empresa “Odivelas Viva, S.A.”	35
Proposta de Adesão ao Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste	36
Retirada de ponto da ordem do dia da presente sessão	36



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

23.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 30 de novembro de 2016

DELIBERAÇÕES

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE FIDEL CASTRO

“Morreu Fidel Castro!

Fidel Alejandro Castro Ruz nasceu no dia 13 de agosto de 1926, na povoação cubana de Birán (província de Holguín).

Para além de naturais diferenças de opinião que possam existir quanto às suas convicções ideológicas, Fidel Castro foi uma personalidade cuja dimensão foi universalmente reconhecida não apenas pelos que partilham do seu ideal e projeto de construção de uma sociedade mais justa e solidária, mas também pelos mais diversos estadistas e dirigentes ao nível mundial.

Patriota e revolucionário comunista, Fidel foi exemplo de uma vida inteiramente consagrada aos ideais do progresso social, da paz e do socialismo em que, com os seus companheiros de armas, numa epopeia que passou por Moncada e pela heroica guerrilha da Sierra Maestra, libertou Cuba de uma cruel ditadura imposta pelo governo pró americano do General Fulgêncio Batista.

Apesar de se ter afastado há cerca de dez anos da direção do Partido Comunista e do Estado Cubano, Fidel Castro permaneceu como uma referência incontornável não apenas para o povo de Cuba e da América Latina mas para os revolucionários e democratas de todo o mundo.

Sob a liderança de Fidel, o povo cubano enfrentou um cruel bloqueio económico imposto pelos EUA que perdura há mais de 50 anos e que se traduz em imensos prejuízos para a economia de Cuba; enfrentou um período especial após o colapso da URSS que obrigou a grandes sacrifícios e a todo um redireccionamento da estratégia de desenvolvimento económico do país num momento em que o bloqueio norte-americano se intensificou com as leis

Torriceli e Helms-Burton; enfrentou sabotagens, tentativas de invasão e atentados terroristas, perpetrados a partir de Miami, em Cuba e no exterior, como foi exemplo a atentado contra a Embaixada de Cuba em Lisboa em 1975.

Apesar disso, a revolução cubana conduziu a um enorme avanço social e civilizacional. O investimento na saúde, na educação e na conquista de níveis de bem-estar social constituem uma honrosa imagem de marca da revolução cubana. Na América Latina há milhões de crianças a viver na rua, mas nenhuma é cubana. Cuba não é um país rico, mas a miséria e a violência social que marcam o quotidiano de tantos países latino-americanos não são realidades com que os cubanos se confrontem. Aliás, o espantoso investimento na medicina cubana permite a este país apoiar de forma solidária os países menos desenvolvidos ou vítimas de catástrofes sanitárias com o envio de milhares de médicos que testemunham nos quatros cantos do mundo o prestígio da revolução cubana.

Fidel Castro foi um homem portador de um carisma excecional, reconhecido, enquanto dirigente revolucionário, enquanto estadista, intimamente ligado ao seu povo e a sua Pátria, mas também enquanto personagem fascinante da História e como figura incontornável do movimento comunista e revolucionário mundial, dotado de uma ímpar capacidade de comunicação e de uma extraordinária lucidez na apreciação dos fenómenos marcantes do mundo em que vivemos.

Fidel Castro foi um amigo do povo português, tendo-se empenhado no desenvolvimento das relações de cooperação e amizade entre Cuba e Portugal. A sua participação na Cimeira Ibero-americana realizada no Porto em 1998 foi uma expressão significativa dos laços de amizade e solidariedade que mantinha com o povo português.

Perante o seu falecimento a Câmara Municipal de Odivelas expressa os seus sentimentos de profundo pesar e transmite ao Comité Central do Partido Comunista de Cuba, ao povo de Cuba, e à família de Fidel os seus sentidos pêsames.”

(Apresentado pela CDU e aprovado, por maioria)

Odivelas, 02 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por maioria)



RETIRADA DE PONTO

PROPOSTA DE SUBSTITUIÇÃO DO ANEXO I AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO NO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Retirada, da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Câmara Municipal de Odivelas, do ponto referente à “Proposta de Substituição do Anexo I ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Odivelas, aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio – Iluminação Pública – Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP Distribuição”.

(Aprovado por unanimidade)

ATA DA 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 17.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 11 de setembro de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 11 de setembro de 2013)

ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 1.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 21 de junho de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 21 de junho de 2016)

ATAS

ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 10.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 22 de maio de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 22 de maio de 2013)

ATA DA 13.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 13.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 3 de julho de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 3 de julho de 2013)

ATA DA 15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 15.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 31 de julho de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 31 de julho de 2013)

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

CARGO DE DIREÇÃO SUPERIOR DE 1.º GRAU

Designação de Hernâni Silvino Vilela Boaventura para provimento do cargo de Direção Superior de 1.º Grau - Diretor Municipal desta Câmara Municipal, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período sem necessidade de recurso a procedimento concursal, nos termos da Proposta de Designação apresentada pelo Júri do Procedimento Concursal, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11384, de 2016.11.16.

(Aprovado por unanimidade, através de escrutínio secreto, com nove votos a favor)

CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU

Abertura do procedimento concursal para cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau, referente ao Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral desta Câmara Municipal e constituição do respetivo júri do recrutamento, nos termos da Proposta n.º 49/PRES/2016, datada de 18 de novembro de 2016, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11508, de 2016.11.21.

Carece de deliberação por parte da Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)



CONVENTO DE S. DINIS E S. BERNARDO

ARRENDAMENTO

Ratificação da Proposta n.º 15/PRES/2016, datada de 12 de outubro de 2016, conforme consta do despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado na informação n.º Interno/2016/11537, de 2016.11.21.

“Proposta n.º 15/PRES/2016

Assunto: Proposta de arrendamento do Convento de S. Dinis e S. Bernardo

Considerando:

Que o património, referido em epígrafe, é imóvel classificado como Monumento Nacional não sendo, por esse motivo, suscetível de transmissão de propriedade;

O interesse do Município de Odivelas na sua utilização, nomeadamente a nível social e educacional;

Os estudos anteriormente elaborados, no que concerne a obras de requalificação, adaptação das instalações do aludido imóvel, e respetivo investimento;

Que a situação do respetivo bem imóvel requer intervenções urgentes;

Torna-se indispensável e urgente concluir o processo relativo à transferência da gestão do complexo de edifícios e áreas anexas integradas no acervo patrimonial do Convento, devendo o Município de Odivelas dar a maior celeridade ao referido processo.

Não sendo possível submeter a proposta relativa ao arrendamento do mencionado imóvel, a qual tem por base a “Estimativa de Valores de Rendias – Memória Descritiva e Justificativa”, a deliberação do Órgão Executivo, dadas as circunstâncias excecionais e de urgências, procedo à aprovação da referida proposta.

Nesse sentido, deve o presente processo ser encaminhado à SAOM a fim de ser submetido a deliberação de Câmara Municipal, para efeitos de ratificação do ato praticado, dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual estabelece o regime Jurídico das Autarquias Locais.

Odivelas, 12 de outubro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Hugo Martins”

(Aprovado por maioria)

DIREITO DE SUPERFÍCIE

EXTINÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE

Extinção do Direito de Superfície, constituído a favor do Centro Comunitário Paroquial da Ramada, através de Escritura Pública outorgada em 5 de agosto de 2014, sobre a parcela de terreno municipal com a área de 6.000 m², sita na Arroja e Rio Açude, Lote 80, Freguesia e Concelho de Odivelas, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob a ficha n.º 5461 (com aquisição registada a favor do Município de Odivelas pela apresentação n.º 2325, de 16 de março de 2011), e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 9698 da Freguesia de Odivelas, pelo período de 50 (cinquenta) anos. Consequente reversão da aludida parcela de terreno para o Município de Odivelas e o subsequente cancelamento do registo do Direito de Superfície junto da Conservatória do Registo Predial. De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11383, de 2016.11.16.

(a constituição do direito de superfície acima mencionado, foi aprovada na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, a 18 de junho de 2014 – Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13/2014, de 11 de julho, pág. 11)

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES DE EXECUÇÃO

DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DOS BORRAGEIROS RESPECTIVOS TERMOS DE REFERÊNCIA E ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA PROCESSO N.º 111/DPUPE/SPDM

Delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros, respetivos termos de referência e abertura do período de discussão pública por um prazo de 20 (vinte) dias, de acordo com o proposto na informação 023/DPUPE/SPDM, de 2016.11.07.

“(…) A delimitação da Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística, com identificação de todos os prédios abrangidos, assegurando um desenvolvimento urbano harmonioso, a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários envolvidos e contempla as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos no Plano em vigor, em observância do artigo n.º 148.º do RJIGT.

Na área abrangida pela presente Unidade de Execução encontra-se em vigor o Plano Diretor Municipal de



Odivelas, aprovado pela Assembleia Municipal de Odivelas, na sua reunião de 29/junho/2015 e publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 171, de 02/setembro/2015, através do Aviso N.º 10014/2015, que contempla designadamente nos artigos n.º 64.º a 67.º, no que se refere aos sistemas de execução que a lei prevê para a realização das Unidades de Execução e aos critérios a que deve obedecer a sua delimitação.

A proposta para a delimitação desta Unidade de Execução tem um papel regulador da ocupação da área a intervir, incluindo as regras e disposições em vigor aplicáveis à área de intervenção, sintetizando a sua tradução espacial, resultado de um processo de acompanhamento e orientação dos atuais proprietários das parcelas incluídas na Área de Intervenção.

A delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros, decorre dos objetivos definidos no PDM de Odivelas, conforme o artigo n.º 34º, preconizando concretizar uma solução integradora que permita qualificar esta parte do território do concelho, cujo desenvolvimento irá materializar-se em ordem a objetivos gerais, nomeadamente, aqueles em que as operações de reconversão das AUGI devem prosseguir objetivos de qualificação do espaço público e do parque edificado, devendo atender-se, especialmente, ao seguinte:

- Garantir a conclusão das infraestruturas e a requalificação das existentes, garantir as áreas de cedência para espaços verdes de utilização pública e equipamentos de utilização coletiva, acautelando a integração urbanística, as necessidades funcionais de circulação (pedonal, automóvel, transportes coletivos), dos sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos, e o tratamento dos espaços verdes públicos;
- Concluir a legalização das edificações, podendo a Câmara Municipal determinar prazos para esse efeito;
- Executar os equipamentos de utilização coletiva e espaços de utilização coletiva conforme a programação estabelecida nos instrumentos de ordenamento setoriais;
- Promover a substituição das redes aéreas de abastecimento de eletricidade e telecomunicações por infraestruturas subterrâneas.

No estudo desenvolvido fls. 1 a fls. 36, os objetivos programáticos observados, delinearão os pressupostos a considerar que corresponde à Unidade de Execução dos Borrageiros, classificada em *Espaço urbanizado Residencial a Reconverter*, artigo 35.º do PDMO, correspondente a áreas onde a ocupação é maioritariamente de génese ilegal, desordenada e desqualificada, em situação de manutenção condicionada por razões de inadequada localização do ponto de vista dos riscos ambientais, mas onde se admite, genericamente, a sua manutenção e desenvolvimento, mediante a sua adequada reestruturação ou reconversão.

Considerando que a Reconversão Urbanística das AUGI, compreende as operações urbanísticas previstas no regime excecional para a reconversão urbanística e aplica-se às áreas delimitadas pela Câmara Municipal no âmbito desse regime, o processo de reestruturação destas áreas, no caso das AUGI, inseridas na Unidade de Execução dos Borrageiros, com base na caracterização sócio territorial da área; nos estudos geológicos apresentados pelas CAC, ao possibilitar aferir da real capacidade de carga e segurança de ocupação destes territórios, permitiram a definição de uma estratégia de intervenção e de regeneração de acordo com o resultado dos estudos referidos, visando iniciar o processo de reconversão das três AUGI, convergente com o Programa de Ação estabelecido na Unidade de Execução, respetivamente nos Termos de Referência e Programa Desenhado.

A Unidade de Execução detém os seguintes objetivos programáticos:

- Incrementar a resiliência do território;
- Assegurar a gestão do território;
- Assegurar a gestão urbanística da área;
- Assegurar o processo de reconversão das AUGI;
- Minimizar os efeitos negativos dos fatores de exposição ao risco de instabilidade geotécnica;
- Garantir as condições de acessibilidade e segurança de pessoas e bens:
- Melhorar as componentes da mobilidade e acessibilidade em termos de infraestruturas, redes e serviços de emergência, adequando o sistema de acessibilidade em função da ocupação urbana, incidindo no redimensionamento das vias de circulação rodoviária e pedonal, criando também espaços destinados a estacionamento, dotando esta área de condições mínimas legais de acessibilidade e potenciar a utilização dos modos suaves de locomoção;
- Fomentar a qualificação ambiental e funcional do espaço da Unidade de Execução e a sua relação com os espaços naturalizados;
- Melhorar a imagem urbana desta área, garantir a articulação com as áreas adjacentes e a sua integração no restante território.

Relativamente à edificabilidade, a Unidade de Execução, pode vir a ser concretizada por aplicação dos princípios e regras estabelecidos no PDM de Odivelas, nomeadamente observando os valores de referência os parâmetros urbanísticos.



A Unidade de Execução prevê a realização de operações urbanísticas integradas e de conjuntos sobre vários prédios, impedindo a realização de operações urbanísticas isoladas e pontuais, desligadas de uma visão global e coerente da ocupação, uso e reconversão do espaço em questão.

As operações urbanísticas a desenvolver nesta área regem-se pelo disposto nos artigos n.º 22.º, 34.º, 35.º e 38.º do RPDMO, que estabelecem, nomeadamente: o tipo de operações urbanísticas admitidas; os usos e volumetrias; e respetivos índices.

As operações urbanísticas de reconversão das AUGI, no âmbito da Lei N.º 91/95, devem ainda garantir as áreas de cedência para espaços verdes de utilização coletiva e equipamentos de utilização coletiva, previstas no RPDMO.

A Unidade dos Borrageiros, será concretizada mediante o sistema de cooperação pertencendo ao Município a iniciativa da execução, com a cooperação e atuação coordenadas dos particulares interessados e proprietários de harmonia com a programação estabelecida pelo Município e nos termos dos direitos e obrigações dos intervenientes definidos por Contrato de Urbanização, conforme artigo n.º 150.º do RJIGT.

A Área da Unidade de Execução não se encontra abrangida por plano de pormenor, pelo que de acordo com o n.º 4 do artigo n.º 148.º, a Câmara Municipal deve promover, previamente à aprovação, num período de discussão pública em termos análogos aos previstos para o plano de pormenor, anunciada com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias e pelo prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, pelos mesmos meios.

Com o enquadramento descrito e de acordo com o PDM de Odivelas, foram elaborados os Termos de Referência e Programa Desenhado, em anexo à presente proposta, fls. 37 a fls. 58.

Considerando que a Proposta da Unidade de Execução se enquadra no âmbito do Plano Diretor Municipal de Odivelas, e se encontram reunidas as condições para a aprovação da sua delimitação, propõe-se submeter a deliberação em Reunião de Câmara da proposta de delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros, os respetivos Termos de Referência e Programa Desenhado Anexo, e ainda a abertura do período de discussão pública por um prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do n.º 2 do artigo n.º 147.º e do n.º 4 do artigo n.º 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Face ao exposto, propõe-se enviar a Reunião de Câmara para deliberação de aprovação da Proposta:

- Delimitação da Unidade de Execução dos Borrageiros, respetivos Termos de Referência e início do período de

Discussão Pública.” (*Informação n.º 023/DPUPE/FL/ 2016 de 2016.11.07*)

“(…)1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) dos Borrageiros, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A UE integra Áreas de Manutenção Condicionada compreendidas no Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015, correspondendo às Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGI) do Bairro do Borrageiro - Rua Boa Esperança, Bairro do Borrageiro - Rua Boa Vontade e do Bairro da Encosta da Eira.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A área de Intervenção da UE dos Borrageiros situa-se na União de Freguesias de Ramada e Caneças, tem área de 6,5 ha e apresenta as seguintes confrontações:

A norte – Bairro de S. Jorge;
A nascente – Encosta Sul da Serra da Amoreira;
A sul – Rotunda do Aires, junto à EN 250;
A poente – Ponte da Bica, junto à EN 250.

O território da UE situa-se numa zona declivosa com elevada suscetibilidade geológica e com risco de erosão, cuja ocupação urbana ao longo do tempo veio densificar a área, sem ter em conta estes fatores e o respetivo risco associado.

3. Antecedentes

A Área de Intervenção da UE abrange uma área desqualificada, na sua maioria constituída por edifícios de uso residencial de gênese ilegal, constituindo uma situação de degradação urbanística, que esteve na origem da delimitação de AUGI.

Esta Unidade engloba as áreas correspondentes às Zonas A, B e C, relativas às propriedades cuja titularidade é das Comissões de Administração Conjunta (CAC) das AUGI, compreende também a parcela D, que diz respeito a uma área de terreno pertencente ao Património Municipal (PIM), a Zona E, que abrange os lotes 1C, 37c e 38C do Alvará 54/70 e compreende a Zona F, composta por um conjunto de 5 áreas de domínio público ocupadas por rede viária.

No âmbito da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, foi delimitado o Bairro Encosta da Eira, surgindo com a



constituição da Administração conjunta por parte dos proprietários em 18-07-1999.

Em Novembro de 1999, a Câmara Municipal de Loures procedeu à primeira identificação dos limites das AUGI.

Em 2001, no âmbito do processo de reconversão das AUGI, ao abrigo da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, foram instruídos 3 processos independentes de operações de loteamento, que se apresentam de seguida por ordem cronológica.

Foi instruído o processo de loteamento da iniciativa dos particulares relativo ao Bairro do Borrageiro – Rua da Boa Vontade, com o n.º 3182/LO/GI, com uma área de 11.306,00 m². Contudo, a constituição da Administração conjunta deste bairro apenas aconteceu em 21 de fevereiro de 2004.

Para reconversão do Bairro Encosta da Eira foi instruído o processo n.º 3183/LO/GI em 2001, com um projeto de reconversão da iniciativa dos particulares, abrangendo uma área de 20.202,00 m².

A instrução do processo n.º 7517/LO/GI relativo ao Bairro do Borrageiro – Rua da Boa Esperança deu-se em 2001, com um projeto de loteamento da iniciativa dos particulares, ocupando uma área de 29.536,00 m². A constituição da Administração conjunta por parte dos proprietários remonta a 20 de dezembro de 2002.

A Câmara Municipal de Odivelas aprovou a Alteração da Delimitação das AUGI em 2002.

Dadas as condições geológicas desta área, uma vez que se localiza numa zona declivosa à qual está associado elevado risco geotécnico, tendo também o estatuto de manutenção temporária, no decurso dos projetos de reconversão, foi necessária a elaboração de um estudo de suporte à ocupação urbana.

A 14 de outubro de 2011 foi apresentado o relatório final do estudo geológico-geotécnico que abrange as 3 AUGI, de acordo com o previsto para as áreas com estatuto de manutenção temporária no art.º 48.º do regulamento do PDM de Loures.

Após a elaboração destes estudos, a Câmara Municipal de Odivelas procedeu a nova Alteração de Delimitação das AUGI, no sentido de concertação dos limites das mesmas com os projetos de reconversão apresentados pelas CAC em 2012.

Na sequência de solicitação da CCDRLVT a 22 de abril de 2013, foi apresentado um aditamento a este estudo, no qual foram detalhadas as conclusões do relatório anteriormente apresentado.

A CCDR-LVT deu conhecimento à CMO do seu parecer sobre os projetos de reconversão dos Bairros do Borrageiros e da Encosta da Eira, de teor favorável condicionado, através de ofício datado de 02-01-2015.

4. Objetivos da Unidade de Execução

O território desta UE apresenta necessidade de reconversão, na medida em que está ocupado quase na sua totalidade por edificado, destacando-se a premência de intervenção ao nível da mitigação dos riscos existentes e dotando a área de melhores condições no que respeita à segurança de pessoas e bens, à habitabilidade e vivência urbana, bem como a sua articulação com o restante território adjacente.

A UE detém os seguintes objetivos programáticos, que visam:

- Incrementar a resiliência do território;
- Assegurar a gestão urbanística da área;
- Assegurar o processo de reconversão das AUGI;
- Minimizar os efeitos negativos dos fatores de exposição ao risco de instabilidade geotécnica;
- Garantir as condições de acessibilidade e segurança de pessoas e bens;
- Melhorar as componentes da mobilidade e acessibilidade em termos de infraestruturas, redes e serviços de emergência, adequando o sistema de acessibilidades em função da ocupação urbana, incidindo no redimensionamento das vias de circulação rodoviária e pedonal, criando também espaços destinados a estacionamento, dotando esta área de condições mínimas legais de acessibilidade e potenciar a utilização dos modos suaves de locomoção;
- Fomentar a qualificação ambiental e funcional do espaço da UE e a sua relação com os espaços naturalizados;
- Melhorar a imagem urbana desta área, garantir a articulação com as áreas adjacentes e a sua integração no restante território;

Em síntese, a área objeto da UE será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

(...)

6. Critérios de Delimitação da Unidade de Execução



A delimitação desta UE consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A UE deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características de unidade e autonomia urbanísticas e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam, deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

A UE constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à apreciação, acompanhamento e programação das operações urbanísticas requeridas para toda a área.

Para efeitos de delimitação da UE foram considerados os limites das AUGI aprovados, com os respetivos ajustes decorrentes do levantamento topográfico efetuado no âmbito dos processos de reconversão propostos pelas CAC, bem como o limite de propriedade correspondente ao terreno de propriedade municipal. Foram também consideradas as áreas do domínio público adjacentes aos pontos de articulação da rede viária proposta com a rede viária existente, de modo a que as mesmas possam ser intervencionadas no sentido de criar um traçado sem descontinuidades. Considerou-se também a área de articulação da Rua da Boa Esperança com a Rua da Eira, através da qual é feita a ligação desta com a Rua da Boa Esperança, sendo esta propriedade privada decorrente do alvará 54/70, correspondendo aos Lotes 1C, 37C e 38C.

Concorreram também para a delimitação desta Unidade as questões relativas aos riscos geotécnicos associados ao declive acentuado desta área e à sua ocupação, tendo sido também um fator preponderante a dotação deste território de condições mínimas de acessibilidade e segurança.

No quadro seguinte, identificam-se as áreas das parcelas incluídas na UE.

Unidade de Execução dos Borrageiros – Cadastro

Zona	Área (m²)	Prédio	Domínio Privado
A	20.202	57 e 58 da secção B – Odivelas	Propriedade da CAC do B.º Encosta da Eira
B	11.306	73 da secção B – Odivelas	Propriedade da CAC do B.º Borrageiro - Rua da Boa Vontade

C	29.315	73, 74, 75 e 60 da secção B – Odivelas	Propriedade da CAC do B.º Borrageiro - Rua da Boa Esperança
D	1.400	3794	Propriedade Municipal - Domínio Privado - Prédio Urbano
E	(*) 1.230	-	Propriedade Privada - Alvará 54/70 (Lotes 1C, 37C e 38C)
F	2.547	-	Domínio Público (Arruamentos Existentes)
TOTAL	65.000		

(*) Área medida em cartografia digital

(...)" (Unidade de Execução - Termos Referência - Borrageiros - NOVEMBRO 2016, páginas 1 a 6 e 9 a 10)

(Aprovado por maioria)

DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DA RUA DAS RIBEIRAS POENTE - RESPETIVOS TERMOS DE REFERÊNCIA E ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA PROCESSO N.º 117/DPUPE/SPDM

Delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, respetivos termos de referência e abertura do período de discussão pública por um prazo de 20 (vinte) dias, de acordo com o proposto na informação n.º 024/DPUPE/SPDM, de 2016.11.16.

"(...) A delimitação da Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística, com identificação de todos os prédios abrangidos, assegurando um desenvolvimento urbano harmonioso, a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários envolvidos e contempla as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos no Plano em vigor, em observância do artigo n.º 148.º do RJIGT.

Na área abrangida pela presente Unidade de Execução encontra-se em vigor o Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado pela Assembleia Municipal de Odivelas, na sua reunião de 29/junho/2015 e publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 171, de 02/setembro/2015, através do Aviso N.º 10014/2015, que contempla designadamente nos artigos n.º 64.º a 67.º, no que se refere aos sistemas de execução que a lei prevê para a realização das Unidades de Execução e aos critérios a que deve obedecer a sua delimitação.

A proposta para a delimitação desta Unidade de Execução tem um papel regulador da ocupação da área a intervir, incluindo as regras e disposições em vigor aplicáveis à área de intervenção, sintetizando a sua tradução espacial, resultado de um processo de acompanhamento do processo apresentado por um dos atuais proprietários das parcelas incluídas na Área de Intervenção, abrangendo os



troços da via T₁₂ e constituindo orientação para as operações urbanísticas a desenvolver.

A delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, decorre dos objetivos definidos no PDM de Odivelas, nomeadamente, para a UOPG-10-Vila de Caneças, artigo n.º 66.º, preconizando concretizar uma solução integradora que permita qualificar esta parte do território do concelho, cujo desenho urbano irá materializar-se em ordem a objetivos gerais, nomeadamente:

- Qualificar o tecido urbano local, apostando numa nova imagem e contemplando a valorização das áreas urbanas, dando continuidade à estrutura urbana envolvente e promovendo a criação de espaços de recreio e lazer de utilização coletiva;
- Valorizar os espaços naturalizados, aproveitando-os para criar e integrar espaços verdes de descompressão complementares ao tecido urbano;
- Assegurar a coerência da forma urbana que preserve o cariz de ruralidade, apostando no espaço público de vivência coletiva e num modelo de edificado renovado e de qualidade mas em harmonioso diálogo com o edificado tradicional e com a estrutura verde;
- Apostar na salvaguarda e valorização do Núcleo Antigo de Caneças;
- Promover a gradual renovação do espaço público na envolvente do espaço central da vila;
- Desenvolver uma rede de percursos pedonais e de espaços públicos de estadia e recreio associada aos valores patrimoniais;
- Reestruturar a área que vai desde o Mercado Municipal e o Quartel de Bombeiros até ao Bairro Horta das Ribeiras, em articulação com o traçado da Variante Sul da N250.

No estudo desenvolvido e respetivo esquema diretor da UOPG-10-Vila de Caneças, os objetivos programáticos observados, delinearam os pressupostos a considerar nas SUB-UOPGs, nomeadamente na SUB-UOPG-10.10, na qual está integrada a Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente:

- Desenvolver área multifuncional;
- Valorização da Estrutura Ecológica;
- Implementação da Variante Sul;
- Minimização do impacte criado pela CREL, pela valorização ambiental do espaço envolvente;
- Ciclovias e áreas pedonais;

- Reforço da bolsa de equipamentos e verdes de utilização coletiva;

- Criação de bolsas de estacionamento na envolvente ao Núcleo Antigo;

- Colmatação de malha urbana e desenvolvimento de acessibilidades (via T₁₂).

No que concerne aos objetivos específicos da Unidade de Execução:

- Definir uma solução de estruturação urbana das parcelas abrangidas, integrada urbanisticamente na área, concretizando a conclusão da Rede Viária, nomeadamente a conclusão da via T₁₂;
- Criar numa área verde contínua, coincidente com o ordenamento e usos do solo do PDM;
- Preservar os espaços verdes urbanos, designadamente os que integram a estrutura ecológica em articulação com a malha urbana.

Relativamente à edificabilidade, a Unidade de Execução, pode vir a ser concretizada por aplicação dos princípios e regras estabelecidos no ordenamento e usos do solo, artigo n.º 25.º, 26.º, 30.º e 37.º do PDM de Odivelas, nomeadamente no sistema de gestão e de execução, artigos n.º 64.º a 69.º, observando os valores de referência da respetiva UTH-1, relativamente o índice médio de utilização e a área de cedência média.

A Unidade de Execução prevê a realização de operações urbanísticas integradas e de conjunto sobre vários prédios, impedindo a realização de operações urbanísticas isoladas e pontuais, desligadas de uma visão global e coerente da ocupação, uso e transformação do espaço em questão.

A Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente será concretizada mediante o sistema de cooperação pertencendo ao Município a iniciativa da execução, com a cooperação e atuação coordenadas dos particulares interessados e proprietários de harmonia com a programação estabelecida pelo Município e nos termos dos direitos e obrigações dos intervenientes definidos por Contrato de Urbanização, conforme artigo n.º 150.º do RJIGT.

A Área da Unidade de Execução não se encontra abrangida por plano de pormenor, pelo que de acordo com o n.º 4 do artigo n.º 148.º, a Câmara Municipal deve promover, previamente à aprovação, um período de discussão pública em termos análogos aos previstos para o plano de pormenor, anunciada com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias e pelo prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, pelos mesmos meios.



Com o enquadramento descrito e de acordo com o PDM de Odivelas, foram elaborados os Termos de Referência e Programa Desenhado, em anexo à presente proposta.

Considerando que a Proposta da Unidade de Execução se enquadra no âmbito do Plano Diretor Municipal de Odivelas, e se encontram reunidas as condições para a aprovação da sua delimitação, propõe-se submeter a deliberação em Reunião de Câmara da proposta de delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, os respetivos Termos de Referência e Programa Desenhado Anexo, e ainda a abertura do período de discussão pública por um prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do n.º 2 do artigo n.º 147.º e do n.º 4 do artigo n.º 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Face ao exposto, propõe-se enviar a Reunião de Câmara para deliberação de aprovação da Proposta:

- Delimitação da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, respetivos Termos de Referência e início do período de Discussão Pública.” (*Informação n.º 024/DPUPE/SPDM, de 2016.11.16*)

“1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) na Rua das Ribeiras Poente, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A Unidade de Execução proposta integra uma parte da área da UOPG 10 - Vila de Caneças, do Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO), aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A Área de Intervenção da Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente corresponde a uma das subdivisões da UOPG 10 - Vila de Caneças.

Esta subdivisão vai ao encontro de uma gestão mais eficaz desta SubUOPG, com o objetivo de resolver parte da via T12 (inacabada), bem como desenvolvê-la segundo as diretrizes traçadas no respetivo esquema diretor e normativas constantes no PDM.

A área de Intervenção da Unidade de Execução da Rua Ribeira Poente situa-se na zona poente e tem área aproximada de 1,55ha (Um vírgula Cinquenta e Cinco hectares) e apresenta as seguintes confrontações:

- A norte – Edificado a sul da Rua da República;

- A nascente – Zona consolidada e Alvará n.º 12/2002 – Cerrado da Lapa;

- A sul – IC18 (A9 - CREL);

- A poente – Zona consolidada (Bombeiros Voluntários de Caneças, o Mercado de Caneças e o Alvará de loteamento n.º 102/73 – Quinta de Santo António)

Ao nível das condicionantes, o território da UE está abrangido pelo Domínio Público Hídrico, mais propriamente por linhas de água e por zonas ameaçadas pelas cheias, e também (confinante e a sul da Rua das Ribeiras) por Rede de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento, Saneamento, Emissores e Intercetores.

Em termos de Ecossistemas da REN, a área é abrangida por leitos dos cursos de água – Troços descobertos/cobertos, Zonas ameaçadas pelas cheias.

3. Antecedentes

A Área de Intervenção da Unidade de Execução abrange uma área não ocupada e confronta a poente com um território mais consolidado, concretizado pelo alvará n.º 102/73 (volumetria em banda com cerca de 4 pisos + 1 cave) – Quinta Santo António e por dois equipamentos, os Bombeiros Voluntários de Caneças (com uma volumetria correspondente a 4 pisos, cerca de 12m de cércea) e o Mercado Municipal da Vila de Caneças (com volumetria de um piso cerca de 5-6 metros de cércea).

A Nascente da Unidade de Execução, a sua área está consolidada através dos Alvarás n.ºs 4/2002 (Quinta do Serafim) e 12/2002 (Cerrado da Lapa), respectivamente.

A SubUOPG 10.10 apresenta os seguintes objetivos programáticos que se refletem na área de da Unidade de Execução:

- Desenvolver área multifuncional;
- Valorização da Estrutura Ecológica;
- Implementação da Variante Sul;
- Minimização do impacte criado pela CREL, pela valorização ambiental do espaço envolvente;
- Ciclovias e áreas pedonais;
- Reforço da bolsa de Equipamentos e verdes de utilização coletiva incutindo-lhe uma forte vertente criativa, desportiva em articulação com a rede ciclável e pedonal;
- Adaptação da rede viária local à de Hierarquia Superior;



- Criação de bolsas de estacionamento na envolvente ao Núcleo Antigo e nas imediações das Áreas de Equipamento;
- Colmatação de malha urbana e desenvolvimento de acessibilidades.

Transversalmente à SubUOPG 10.10 existe a Via Rodoviária T12 (parcialmente implantada no Alvarás nº 12/2002 e 4/2002), cuja futura implementação terá em vista a sua articulação com a Variante a Sul de Caneças, concretizando um dos objetivos do PDM que se encontra incorporado na delimitação da UOPG 10 - Vila de Caneças.

Considerando a recente publicação do PDMO, que vem dotar o município de um instrumento de planeamento estratégico mais adaptado às atuais dinâmicas territoriais, a área em questão assume um papel catalisador, sobretudo na articulação de espaços de acessibilidade com áreas de vertente mais ecológica que propiciem novas dinâmicas territoriais na Vila de Caneças, de forma a garantir o desempenho de uma função turístico ou ecológica com relevância no contexto metropolitano.

4. Objetivos da Unidade de Execução

A Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, (com 1,55 ha) integra a SubUOPG 10.10, com cerca de 13,03ha (treze vírgula zero três hectares), que se enquadra na Zona C (Habitação). Esta Unidade de Execução apresenta um grande potencial no reforço do papel turístico da ZEIT, através da revitalização do tecido habitacional e comercial, procurando dar-lhe maior coesão através de uma maior valorização paisagística, da promoção de áreas de utilização coletiva destinada ao lazer, bem como da implementação de novas acessibilidades de modo sustentável para a Vila de Caneças.

Em síntese, a área objeto da Unidade de Execução será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

5. Enquadramento das Operações Urbanísticas no PMOT em vigor (PDMO)

Ao nível dos Instrumentos de Gestão do Territorial, observa o Plano Diretor Municipal de Odívetas, publicado no Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro, a coberto do Aviso N.º 10014/2015.

A Área de Intervenção encontra-se incluída na UOPG 10 – Vila de Caneças, identificada no artigo n.º 66 do Regulamento do PDMO (RPDMO).

Assim, os objetivos e conteúdos genéricos estabelecidos no RPDMO para as UOPG são:

- Assegurar a oportunidade e procedimentos para a avaliação das necessidades de interesse público e a definição da estratégia de desenvolvimento urbano para a Área Integrada na UOPG;

- Dar cumprimento às orientações estratégicas de política urbanística e às intervenções estruturantes aplicáveis;

- Assegurar que o planeamento de pormenor possa acontecer a cada momento, de modo ajustado às oportunidades e interesses de todos os agentes presentes e ativos de forma adequada à estratégia de desenvolvimento local definida;

- Garantir a qualificação ambiental e funcional do espaço urbanizado e a sua relação com os espaços naturalizados e de função ecológica, com especial relevância para as componentes de serviço público (infraestruturas, equipamentos e espaços públicos).

A Unidade de Execução contribui para os objetivos gerais de desenvolvimento da UOPG 10, que visam:

- Assegurar a coerência da forma urbana que preserve o cariz de ruralidade, apostando no espaço público de vivência coletiva e num modelo de edificado renovado e de qualidade mas em harmonioso diálogo com o edificado tradicional e com a estrutura verde;

- Apostar na salvaguarda e valorização do núcleo antigo de Caneças;

- Promover a gradual renovação do espaço público na envolvente do espaço central da vila;

- Desenvolver uma rede de percursos pedonais e de espaços públicos de estadia e recreio associada aos valores patrimoniais, designadamente as fontes de Caneças e as quintas, em articulação com a estrutura verde;

- Prioridade à reestruturação da área que vai desde o Mercado Municipal e Quartel de Bombeiros até ao Bairro Horta das Ribeiras, em articulação com o traçado da Variante Sul da EN250, nomeadamente a execução da T12.

A Unidade de Execução da Rua das Ribeiras a desenvolver terá como referência a normativa do PDMO em vigor, designadamente os artigos n.º 66 a 68, no que se refere aos sistemas de execução que a lei prevê para a realização das Unidades de Execução.

Desta forma, está conformada a realização de Operações Urbanísticas, dando cumprimento integral da normativa constante das peças constituintes do PDMO – Plantas de Ordenamento, de Condicionantes e Regulamento – conforme extratos que se juntam em anexo.

(...)



6. Critérios de Delimitação da Unidade de Execução

A delimitação desta Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A Unidade de Execução deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam, deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a Unidade de Execução da Rua das Ribeiras Poente, compreende uma área do território com identidade urbana geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO define um programa urbanístico específico, definido através da UOPG 10. Assim, a Unidade de Execução constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à apreciação, acompanhamento e programação das operações urbanísticas para este território.

Para efeitos de delimitação da Unidade de Execução foram ainda considerados os limites do cadastro geométrico rústico de 1951, levantamento topográfico, alvarás de loteamento e medições em cartografia nos elementos cartográficos, em anexo.

No quadro seguinte, identificam-se as áreas das parcelas incluídas na Unidade de Execução.

U.E. DA RUA DAS RIBEIRAS POENTE			
ÁREAS CADASTRAIS			
N.º PRÉDIO	SECÇÃO	ÁREAS (Hectares)	
		FICHA (REGISTO)	CARTOGRAFIA
30	E		0,42
29	E		0,22
28	E		0,15
27	E		0,08
71	E	0,11	
72	E	0,24	
6	D	0,20	

ASFOLHA	E		0,03
	D		0,11
SUB - TOTAL		0,55	1,00
TOTAL			1,55

(...)"

(Unidade de Execução - Termos Referência – Rua das Ribeiras Poente, Novembro 2016, páginas 1 a 9)

(Aprovado por maioria)

DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO PÓLO EMPRESARIAL POENTE - TERMOS DE REFERÊNCIA E O RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA PROCESSO N.º 114/DPUPE/SPDM

Delimitação da Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente, os respetivos termos de referência e o Relatório de Ponderação da Discussão Pública da Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente, de acordo com o proposto na informação 025/DPUPE/SPDM, de 2016.11.18.

“(…) A delimitação da presente Unidade de Execução decorre da estratégia definida no esquema diretor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, UOPG 12 – Área Empresarial de Famões, e atende à necessidade de conformação com objetivos gerais definidos no PDM, pretendendo-se adotar uma solução urbana integradora, que consiga materializar a conciliação entre a prossecução dos objetivos de reconversão da área, a concretização das acessibilidades e rede viária, os espaços para equipamentos, bem como os adequados espaços públicos e ainda a parametrização da edificabilidade.

São ainda objetivos genéricos a todas as UOPG:

- Assegurar a oportunidade e procedimentos para a avaliação das necessidades de interesse público e a definição da estratégia de desenvolvimento urbano para a área integrada na UOPG;
- Dar cumprimento às orientações estratégicas de política urbanística e às intervenções estruturantes aplicáveis;
- Assegurar que o planeamento de pormenor possa acontecer, a cada momento, de modo ajustado às oportunidades e interesses de todos os agentes presentes e ativos mas de forma adequada à estratégia de desenvolvimento local definida;
- Garantir a qualificação ambiental e funcional do espaço urbanizado e sua relação com os espaços naturalizados e de função ecológica, com especial relevância para as componentes de serviço público (infraestruturas, equipamentos e espaços públicos).



Na sequência da aprovação pela Câmara Municipal, na reunião de 13/julho/2016, e em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 148.º do RJIGT, decorreu entre 18/agosto e 14/setembro, o período de discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente e dos respetivos Termos de Referência, conforme publicação em Diário da República N.º 152, 2.ª Série, Aviso N.º 9855/2016, de 09/agosto.

Em sede de discussão pública, tendo sido registada participação pública, foi a mesma ponderada nos termos do Relatório de Ponderação que constitui o Anexo I, à presente proposta e dela faz parte integrante.

Em resultado da ponderação da participação recebida foram revistos os Termos de Referência e as Peças Desenhadas anteriormente submetidos à apreciação da Câmara.

Na sequência da ponderação, foram introduzidas as seguintes alterações à proposta de delimitação da Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente, visando a aplicação do Índice Máximo de Utilização – 0,7 – correspondente à categoria de Solo Urbano Consolidado de Atividades Económicas a Requalificar, artigo 36.º do Regulamento do PDM.

Assim, os Termos de Referência e as Peças Desenhadas, consubstanciam os parâmetros urbanísticos caracterizadores da Proposta da Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente a observar nas operações urbanísticas, a desenvolver, considerando o disposto no artigo 36.º do Regulamento do PDM nomeadamente:

- A categoria de Espaço de Atividades Económicas a Requalificar corresponde aos espaços que apresentam uma elevada concentração de atividades empresariais – industriais, de armazenamento ou de serviços, cujo objetivo é a sua requalificação, tendo por finalidade a beneficiação da sua imagem urbana, condições de acessibilidade e de segurança contra incêndios;
- Estes espaços devem ser objeto de programação urbanística e projetos de requalificação que promovam uma imagem e um tratamento dos espaços públicos;
- Promover as indispensáveis demolições, alterações de loteamento ou reparcimento;
- Reestruturar a rede rodoviária de modo hierarquizado e com ligação à rede estruturante municipal;
- Elaborar projeto de arborização e integração de espaços verdes;
- Reordenar os espaços destinados a cargas e descargas.

Considerando ainda que:

- Encontram-se reunidas as condições para submeter a aprovação da delimitação da Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente conforme versão final dos respetivos Termos de Referência, em anexo a fls. 160 a 169.
- A Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente é delimitada nos termos dos citados Termos de Referência, nomeadamente nas Peças Desenhadas que os acompanham, nas quais são assinalados os limites cadastrais dos prédios abrangidos, fls. 157 a 158.
- A Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente concretizar-se-á mediante o sistema de cooperação (artigo 150.º do RJIGT), uma vez que a iniciativa desta Unidade de Execução é do município com cooperação dos particulares interessados, atuando coordenadamente, de harmonia com a programação estabelecida pela Câmara.

Os direitos e as obrigações serão assegurados com a concretização das operações urbanísticas previstas na Unidade de Execução, definidos nos termos do respetivo contrato de urbanização a celebrar entre os proprietários e a Câmara.

Assim, propõe-se submeter a deliberação da Câmara aprovar a delimitação, os termos de referência e o relatório de ponderação da discussão pública da Unidade de Execução do Pólo Empresarial Poente, nos termos do n.º 2 do artigo 147.º e do n.º 4 do artigo 148.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.”
(Informação n.º 025/DPUPE/FL/2016 de 2016.11.18)

1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) do Polo Empresarial Poente, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A Unidade de Execução proposta integra a área da UOPG 12 - Área Empresarial de Famões, do Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A Área de Intervenção da Unidade de Execução do Polo Empresarial Poente corresponde à SubUOPG 12.01 da UOPG 12 - Área Empresarial de Famões, conforme estudo antecedente desenvolvido e respetivo esquema diretor.



A área de Intervenção da Unidade de Execução do Polo Empresarial Poente situa-se na zona central do território de Famões, tem área aproximada de 28ha (vinte e oito) e apresenta as seguintes confrontações:

- A norte – Bairro do Trigache;
- A nascente – Bairro da Quinta das Pretas;
- A sul – Território abrangido pela SubUOPG 12.04, actualmente desocupado;
- A poente – Território abrangido pela SubUOPG 12.02, correspondente ao Bairro da Quinta das Dálías.

Ao nível das condicionantes, na área marginal nascente deste território, junto à confrontação com a SubUOPG 12.02 e atravessando-o na direção norte/sul, existe o ecossistema de REN *Zonas declivosas – Áreas com risco de erosão*. É, também, atravessada pela Ribeira de Famões e pela Ribeira das Dálías, que constituem Domínio Público Hídrico. Na área central, está sujeita à Servidão Aeronáutica na faixa entre as cotas 145 e 245, no sentido nordeste/sudoeste; no limite nascente, à Servidão das Linhas da Rede Nacional de Distribuição de Electricidade – RND; e, a nordeste da área, localiza-se o posto de seccionamento de Famões da EDP.

3. Antecedentes

A Área de Intervenção da Unidade de Execução abrange uma extensa área desqualificada, que corresponde a um parque industrial metalomecânico, cujas instalações se encontram abandonadas, constituindo uma situação de degradação urbanística e ambiental.

A área da SubUOPG tem vindo a ser objecto de preocupação por parte dos diversos executivos municipais, que têm consciência da importância da área no desenvolvimento económico e urbano do município e que representará um amplo processo de regeneração urbana.

Neste contexto, refira-se a intenção de promover o Parque de Competitividade e Tecnologia de Odivelas “O’TECH” em 2006 (processo 8951/LO), proposta de iniciativa privada que aparece na sequência de um plano geral para toda a área expectante de Famões a Nascente e Sul desta Unidade de Execução, que não veio a concretizar-se por diversos factores, dos quais se destaca o contexto de crise económica e financeira.

Considerando a recente publicação do PDMO, que vem dotar o município de um instrumento de planeamento estratégico, mais adaptado às atuais dinâmicas territoriais, a área do Polo Empresarial de Famões recupera o seu papel catalisador no desempenho de Odivelas no contexto metropolitano.

4. Objetivos da Unidade de Execução

O território da SubUOPG 12.01 com cerca de 28ha (vinte e oito) apresenta um grande potencial no reforço do papel de Odivelas no contexto metropolitano, na medida em que reúne condições para oferecer, na região urbana polinucleada, um polo empresarial de nova geração, promovendo a captação de novas empresas dedicadas à indústria tecnológica, complementado por espaços verdes de recreio, de fruição e lazer, concorrendo para a criação de uma oferta competitiva e diferenciada no mercado global.

A área da SubUOPG 12.01 abrange um parque industrial metalomecânico cuja empresa proprietária declarou falência em 2004, permanecendo as instalações abandonadas há mais de uma década, importando reverter o processo de degradação atual.

Tendo em conta a atividade industrial em causa, a futura intervenção implicará um processo de descontaminação dos solos e qualificação ambiental da área.

A SubUOPG 12.01 detém os seguintes objetivos programáticos:

- Assegurar a implementação de uma zona multifuncional com programa predominantemente de terciário superior de indústrias tecnológicas ou criativas;
- Garantir uma forma urbana de carácter multifuncional articulado com o centro da cidade de Odivelas e com espaços verdes relevantes;
- Apostar numa estrutura verde e paisagem de excelência, não só com funções panorâmicas mas também de recreio e lazer, aproveitando o potencial da riqueza de estrutura ecológica no local, potenciando a regeneração de toda a área, contribuindo para a melhoria da imagem urbana do local;
- Criar uma nova centralidade pela predominância da função terciária, onde a presença dos espaços verdes urbanos é um fator distintivo, aproveitando a proximidade aos principais eixos rodoviários regionais;
- Melhorar as componentes da mobilidade e transportes, no sentido de potenciar a utilização do transporte coletivo e os modos suaves de locomoção, apostando na implementação de uma rede ciclável, onde o urbano e o rural se interliguem;
- Reconverter as linhas aéreas de alta tensão que atravessam a área em infraestrutura subterrânea.

Em síntese, a área objeto da Unidade de Execução será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão



urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência.

5. Enquadramento das Operações Urbanísticas no PMOT em vigor (PDMO)

Ao nível dos Instrumentos de Gestão do Territorial, observa o Plano Diretor Municipal de Odivelas (PDMO), publicado no Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro, a coberto do Aviso N.º 10014/2015.

A Área de Intervenção da Unidade de Execução encontra-se incluída na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão – UOPG 12 – Área Empresarial de Famões, identificada no artigo n.º 66 do Regulamento do PDMO (RPDMO).

Assim, os objetivos e conteúdos genéricos estabelecidos no RPDMO para as UOPG são:

- Assegurar a oportunidade e procedimentos para a avaliação das necessidades de interesse público e a definição da estratégia de desenvolvimento urbano para a Área Integrada na UOPG;
- Dar cumprimento às orientações estratégicas de política urbanística e às intervenções estruturantes aplicáveis;
- Assegurar que o planeamento de pormenor possa acontecer a cada momento, de modo ajustado às oportunidades e interesses de todos os agentes presentes e ativos de forma adequada à estratégia de desenvolvimento local definida;
- Garantir a qualificação ambiental e funcional do espaço urbanizado e a sua relação com os espaços naturalizados e de função ecológica, com especial relevância para as componentes de serviço público (infraestruturas, equipamentos e espaços públicos).

A Unidade de Execução contempla ainda os objetivos gerais de desenvolvimento da UOPG 12, que visam:

- Assegurar a implementação de uma zona multifuncional com programa predominantemente de terciário superior de indústrias tecnológicas ou criativas;
- Garantir uma forma urbana de carácter multifuncional articulado com o centro da cidade de Odivelas e com espaços verdes relevantes;
- Apostar numa estrutura verde e paisagem de excelência, não só com funções panorâmicas mas também de recreio e lazer, aproveitando o potencial da riqueza de estrutura ecológica no local;
- Criar uma nova centralidade pela predominância da função terciária, onde a presença dos espaços verdes urbanos é um fator distintivo;

- Melhorar as componentes da mobilidade e transportes, no sentido de potenciar a utilização do transporte coletivo e os modos suaves de locomoção por parte da população;

- Integrar a Quinta do Alvito nos percursos pedestres culturais, designada por "Rota do pão";

- Reconverter as linhas aéreas de alta tensão que atravessam a área em infraestrutura subterrânea.

A Unidade de Execução a desenvolver terá como referência a normativa do PDMO em vigor, designadamente os artigos n.º 66 a 68, no que se refere aos sistemas de execução que a lei prevê para a realização das Unidades de Execução.

Desta forma, está conformada a realização de Operações Urbanísticas, dando cumprimento integral da normativa constante das peças constituintes do PDMO – Plantas de Ordenamento, de Condicionantes e Regulamento – conforme extratos que se juntam em anexo.

(...)

6. Critérios de Delimitação da Unidade de Execução

A delimitação desta Unidade de Execução consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A Unidade de Execução deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam, deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a Unidade de Execução do Polo Empresarial Poente, corresponde ao polígono definido para SubUOPG 12.01, que compreende uma área do território com identidade urbana geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO define um programa urbanístico específico. Assim, a Unidade de Execução constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à apreciação, acompanhamento e programação das operações



urbanísticas requeridas para a área da Unidade de Execução.

Para efeitos de delimitação da Unidade de Execução foram ainda considerados os limites do cadastro geométrico decorrentes do levantamento topográfico e constantes nos elementos cartográficos, em anexo.

No quadro seguinte, identificam-se as áreas das parcelas incluídas na Unidade de Execução.

Unidade de Execução

N.º Parcela	Área (m2)	Prédio/Alvará
A	60.197,60	1 – Secção H
B	145.123,00	Artigo 2648
C	2.125,28	Alvará 3/85
D	4.876,41	Alvará 6/81
E	351,00	PIM - 37331

(...)

(Unidade de Execução Polo Empresarial Poente – Termos de Referência, Outubro 2016, páginas 3 a 8)

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório de ponderação da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução (US) do Polo Empresarial Poente.

A delimitação da presente UE decorre da estratégia territorial definida no esquema diretor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 12 - Área Empresarial de Famões e corresponde à Subdivisão 12.01 e localiza-se na zona central do território de Famões, com uma área aproximada de 28ha.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Estudo que enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) na zona central do território de Famões, foi elaborado nos termos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14 de maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

A Unidade de Execução proposta integra a área da UOPG-12-Área Empresarial de Famões, do Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2ª Série, de 02/setembro/2015.

3. PROCEDIMENTO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Nos termos do n.º 4 do artigo n.º 148 do RJIGT, a Câmara Municipal de Odivelas, na 14.ª Reunião Ordinária de 13 de julho de 2016, deliberou por maioria aprovar a

abertura do período de discussão pública da proposta de delimitação da UE Polo Empresarial Poente.

O período de discussão pública decorreu de 18 de agosto a 14 de setembro de 2016.

A discussão pública da presente UE assentou em quatro momentos fundamentais: abertura e anúncio do período de discussão pública; comunicação e divulgação dos documentos em consulta pública; participação e esclarecimento dos interessados; sistematização, ponderação e divulgação dos resultados da discussão pública.

ABERTURA E ANÚNCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Após a deliberação da Câmara Municipal, a mesma foi objeto de publicação no Diário da República 2.ª série, n.º 152, de 9 de agosto através do Aviso n.º 9855/2016, de 9 de agosto. Procedeu-se à sua divulgação através da comunicação social (anúncio publicado no jornal Diário de Notícias) e da página Web da Câmara Municipal.

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS DOCUMENTOS EM CONSULTA PÚBLICA

Estiveram em consulta pública os seguintes documentos:

AVISO N.º 9855/2016, DE 9 DE AGOSTO

PEÇAS ESCRITAS

- Termos de referência da Unidade de Execução do Polo Empresarial Poente

PEÇAS DESENHADAS

- Planta 01 - Planta Cadastro e Usos do solo
- Planta 02 - Planta Síntese

Complementarmente foi, também, disponibilizada o Esquema Diretor: UOPG 12 - Área Empresarial de Famões, que contextualiza este território em matéria de ordenamento e orientações programáticas.

Estes documentos foram impressos para consulta no balcão de atendimento do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico e disponibilizados em formato digital na página Web do município.

PARTICIPAÇÃO E ESCLARECIMENTO

Com efeito e nos termos do Aviso n.º 9855/2016, de 9 de Agosto, que publica a deliberação da abertura da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução do Polo Empresarial Poente, todos os interessados puderam apresentar os seus contributos por escrito no prazo de 20 dias úteis.



Para o efeito e para além da morada postal, a CMO disponibilizou um formulário de preenchimento *on line*, desenvolvido na plataforma Google Docs. O mesmo formulário em versão impressa foi disponibilizado no serviço de atendimento ao público do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico.

Considerando a importância do esclarecimento de todos os interessados no processo de promoção da participação dos cidadãos em discussões públicas deste tipo de instrumentos, foi determinado que o atendimento para a clarificação de dúvidas relacionadas com a proposta de delimitação desta Unidade de Execução ocorresse no horário de atendimento ao público.

SISTEMATIZAÇÃO, PONDERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA

A fase de sistematização e ponderação de contributos recolhidos no âmbito de iniciativas de esclarecimento dos cidadãos face a propostas em discussão pública, incidiu sobre uma única participação, apresentada pelo Banco Comercial Português, SA, enquanto proprietário da parcela descrita na Conservatória do Registo Predial de Odivelas sob o n.º 954, da freguesia de Famões e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2648, da União de Freguesias de Pontinha e Famões, conforme descrito no anexo VI.

De acordo com a ficha de ponderação anexa, a referida participação incidiu na necessidade de explicitação da indicação dos índices constantes nos instrumentos de planeamento em vigor. A este respeito devemos referir que o processo em curso diz respeito à delimitação de uma Unidade de Execução e, como decorre da própria legislação, pretende-se com este processo promover a execução coordenada e programada do instrumento de gestão em vigor, o PDM.

As Unidades de Execução estão previstas no n.º 2 do artigo 148.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), como instrumentos de execução dos Planos. Não sendo instrumentos de gestão territorial, não podem alterar as disposições dos planos em vigor. O que fazem é concretizar as disposições daquele Plano, num desenho urbano, dentro dos limites dos condicionamentos fixados no PDM, através da densificação das regras estabelecidas e explicitando-as através da produção de peças desenhadas e de documentação escrita que fundamenta a proposta.

Legalmente apenas está consagrada para a formalização das Unidades de Execução a necessidade de fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística (RJIGT, artigo 148.º) não existindo requisitos relativos a um conteúdo documental ou a um programa desenhado. No entanto, a sua existência é importante porque permite, por ocasião da sujeição a um período de discussão pública, que haja

matéria sobre a qual os interessados se possam pronunciar.

Assim, a delimitação da Unidade de Execução não pode colocar em causa o disposto no instrumento de gestão territorial em vigor, nem os demais regulamentos aplicáveis.

4. CONCLUSÃO

Em face da ponderação feita sobre o pedido de esclarecimento apresentado em sede de Discussão Pública, foram introduzidas as alterações à proposta de delimitação da Unidade de Execução:

- O Índice Máximo de Urbanização de 0,7 corresponde à categoria de Solo Urbanizado a Reestruturar - Atividades Económicas a Requalificar, do qual resulta o natural aumento dos respetivos valores máximos de áreas de construção e o consequentemente aumento das áreas de cedência para espaços de utilização coletiva.

Estas alterações são apresentadas nos termos e respetivas peças desenhadas.

Conforme estabelecido no artigo 89.º do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial, a resposta a cada participação será comunicada por escrito ao interessado.” (*Unidade de Execução – Polo Empresarial Poente – Relatório de Ponderação da Discussão Pública*, OUTUBRO 2016, páginas 3 a 6)

(Aprovado por maioria)

LIMPEZA DE TERRENOS MUNICIPAIS

BAIRRO TRIGACHE SUL, UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES

Transferência para a Junta da União de Freguesias da Pontinha e Famões do reembolso do valor de €369,00 (trezentos e sessenta e nove euros), c/IVA incluído à taxa legal em vigor, que foi despendido por esta Junta na limpeza de terreno municipal, sito no Bairro Trigache Sul, junto ao antigo campo de futebol, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11518, de 2016.11.21.

(Aprovado por unanimidade)

**EDUCAÇÃO****ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
ADITAMENTO**

Aditamento à Proposta de Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico para o ano letivo 2016/2017, devido a um acréscimo do número de alunos, o que levou a um aumento da verba para despesa relativa à implementação das referidas atividades, nos termos do quadro abaixo publicado, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11176, de 2016.11.11.

(a Proposta de Implementação das Atividades acima referidas foi aprovada na 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 2016.06.15 e na 10.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, de 2016.06.30 – Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 12/2016, de 28 de junho, pág. 14, e Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 13/2016, de 12 de julho, pág. 33, respetivamente)

Quadro

(constante da informação n.º Interno/2016/11176, de 2016.11.11):

Estabelecimentos de Educação e Ensino	Alunos	Regime de Funcionamento	Previsão Custos Aluno/AEC	Total Custos Ano Letivo
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas				
EB Veiga Ferreira	17	Misto	2.550,00€	2.550,00€
EB Casas de Trigache	27	Misto	4.050,00€	4.050,00€
Sub-Total	44		6.600,00€	6.600,00€
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette				
EB Bernardim Ribeiro	58	Misto	8.700,00€	8.700,00€
Sub-Total	58		8.700,00€	8.700,00€
Agrupamento de Escolas de Canecães				
EB Professora Maria Costa	4	Normal	600,00€	600,00€
Sub-Total	4		600,00€	600,00€
Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião				
EB Quinta de S. José	4	Normal	600,00€	600,00€
Sub-Total	4		600,00€	600,00€
Agrupamento de Escolas da Pontinha				
EB Quinta da Condessa	26	Normal	3.900,00€	3.900,00€
EB Quinta da Paia	8	Normal	1.200,00€	1.200,00€
Sub-Total	34		5.100,00€	5.100,00€
Agrupamento de Escolas D. Dinis				
EB Rainha Santa	54	Duplo	8.100,00€	8.100,00€
Sub-Total	54		8.100,00€	8.100,00€
Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja				
EB de Porto Pinheiro	14	Normal	2.100,00€	2.100,00€
Sub-Total	14		2.100,00€	2.100,00€
Total	212		31.800,00€	31.800,00€

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES**SUBSÍDIO DE FUNDO DE MANEIO PARA OS JARDIM DE
INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
ANO LETIVO 2016/2017**

Atribuição de subsídio de Fundo de Maneio aos Jardim de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Odivelas, para 2016/2017, no

valor total de €51.724,63, para fazer face às despesas com a aquisição de materiais de apoio e de desgaste rápido, utilizado em contexto de sala de aula, na ação pedagógica direta, assim como para fazer face às despesas de uso e conservação de equipamentos audiovisuais e informáticos existentes nos estabelecimentos de ensino, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11361, de 2016.11.16.

**Subsídio de Fundo de Maneio
para Jardins de Infância**

N.º de Jardins de Infância	Total de salas de Atividades nos Jardins de Infância	Verba total a disponibilizar em função do n.º de salas de atividade e do n.º de Jardins de Infância existentes
27	71	€25.924,94

**Subsídio de Fundo de Maneio
para Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

N.º de Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico	Total de turmas nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico	Verba total a disponibilizar em função do n.º de turmas e das escolas do 1.º Ciclo existentes
30	221	€25.799,69

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSÍDIO DE FOTOCÓPIAS, FOTOCOPIADORAS E CONTRATO DE
MANUTENÇÃO AOS JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO
1.º CICLO DA REDE PÚBLICA PARA O ANO LETIVO 2016/2017**

Atribuição de subsídio de fotocópias, fotocopiadoras e contrato de manutenção aos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo da Rede Pública para o ano letivo 2016/2017, no valor de €29.171,66 (vinte e nove mil, cento e setenta e um euros e sessenta e seis cêntimos), valor que será revisto anualmente, consoante o calendário escolar e o número total de alunos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11328, de 2016.11.16.

(Aprovado por unanimidade)

**ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E
IDOSOS DO BAIRRO DE SANTO ELOY
CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL**

Continuidade da atribuição da cedência de transporte municipal à Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro de Santo Eloy, para deslocação da Sra. Enfermeira Vitória Colaço, às segundas-feiras do ano de 2017, a partir de 9 de janeiro, no horário compreendido entre as 14h00 e as 16h30, a fim de prestar serviço de voluntariado naquela associação a nível de serviços de enfermagem, estimando-se um custo de € 1.424,81 (mil



quatrocentos e vinte e quatro euros e oitenta e um centavos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11049, de 2016.11.21.

(Aprovado por unanimidade)

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO RELATIVO AOS ANOS 2013, 2014 E 2016 AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Atribuição de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Odivelas, relativo aos anos 2013, 2014 e 2016, correspondentes a €1.250,00 (mil duzentos e cinquenta euros) referentes ao ano de 2013, €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) referentes ao ano de 2014 e €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) referentes ao ano de 2016, no valor total de €6.250,00 (seis mil, duzentos e cinquenta euros), destinado à concessão de apoio à sua atividade, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11665, de 2016.11.24.

(Aprovado por unanimidade)

ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE UMA FOTOGRAFIA

Aceitação da doação de uma obra, fotografia, do artista Luís Carvalhal, com as dimensões de 90 x 60 cm, no valor total de 500,00 (quinhentos euros), a fim de a mesma passar a pertencer ao acervo Municipal do Centro de Exposições, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11251, de 2016.11.14.

(Aprovado por unanimidade)

ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE UMA PINTURA

Aceitação da doação de uma pintura do artista João Cabral, intitulada “Constância” com as dimensões de 70 x 80 cm, no valor total de 250,00 (duzentos e cinquenta euros), a fim de a mesma passar a pertencer ao acervo Municipal do Centro de Exposições, de acordo com o proposto na Informação Interno/2016/11268, de 15-11-2016.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

**ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 8/89
BAIRRO NOVO DO TRIGACHE LOTES 55, 58 E 75
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 29896/OM**

Alteração ao alvará de loteamento n.º 8/89, para os lotes 55, 58 e 75, do Bairro Novo do Trigache, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de António Fernandes Guerra e Outros. A alteração é requerida pelo titular do lote 55, em representação dos restantes proprietários envolvidos na alteração e compreende a alteração de parâmetros urbanísticos para os lotes mencionados, tendo em vista a legalização das construções existentes. Para o lote 55 é proposto um aumento de 45,75 m² de área de lote e aumento de 9m² de área de anexo ficando o mesmo com 24 m². Para o lote 58 é proposto um aumento da área de construção e eliminação do anexo, justificado pela existência de um anexo com dois pisos, o qual fará parte integrante da implantação da moradia. Para o lote 75 é proposto um aumento de 27,50 m² de área de lote e aumento de 16,00m² de área do r/chão, implantação e 32,00m² de área de construção, conforme consta da informação técnica n.º 4/MJC/DRRU/DGOU/16, de 2016.11.09 e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 1933 do processo n.º 29896/OM, de 2016.11.18.

(Aprovado por unanimidade)

**INDEFERIMENTO DA ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO
N.º 5/2001 DO BAIRRO TRIGACHE NORTE AUGI 1, LOTE 207
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
PROCESSO N.º 35224/LO/GI**

Indeferimento da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/2001, para o lote 207, do Bairro Trigache Norte AUGI 1, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de Alberto Lourador Cruz, conforme consta da informação técnica n.º 335/CM/DRRU/DGOU/16, de 2016.11.07 e de acordo com o proposto na informação constante a folhas 8355, do processo, de 2016.11.15

(Aprovado por unanimidade)

**NÃO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA EM ÁREA
CLASSIFICADA COMO ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA
RUA SÃO SÉRGIO, LOTE 89, BAIRRO QUINTA JOSÉ LUÍS
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES**

Não exercício de direito de preferência em área classificada como Área de Reabilitação Urbana (ARU), por parte da Câmara Municipal de Odivelas, relativamente à transmissão a título oneroso do imóvel sito na Rua São



Sérgio, “lote 89”, no Bairro Quinta José Luís, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome de Paulo Manuel Penedo Lopes, conforme consta da informação N.º Interno/2016/ 10995, de 2016.11.07, que consta do processo n.º Edoc/2016/57141.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO QUINTA DAS CANOAS, LOTE 55**

Substituição de hipoteca legal constituída sobre o lote 55, da Rua das Flores, inserido do Bairro Quinta das Canoas, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 5-0987220-178-001 de 2016.11.14, do Banco BPI, S.A., em nome de José Monteiro da Fonseca, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 2.038,00 (dois mil e trinta e oito euros), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 3/2007, conforme consta na informação técnica n.º 134/RO/DRRU/DGOU/2016 de 2016.11.17 e de acordo com o proposto na informação n.º 88.2016, de 2016.11.18.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO DE CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO SOL NASCENTE, LOTE 212**

Substituição de hipoteca legal constituída sobre o lote 212, da Rua Sola Nascentes, do Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11450 de 2016.11.07, do Banco Caixa Geral de Depósito, S.A., em nome de Carlos Manuel Nunes Gabriel, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de € 3.224,05 (três mil, duzentos e vinte e quatro euros e cinco centimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 5/2007, conforme consta na informação técnica n.º 133/RO/DRRU/DGOU/2016 de 2016.11.15 e de acordo com o proposto na informação n.º 86.2016, de 2016.11.16.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 53/PRES/2016

Assunto: Abertura de Procedimento Regulamentar - Elaboração e Aprovação da Revisão do Regulamento Municipal do “Prémio de Distinção Empresarial”

Considerando que a Câmara Municipal de Odivelas, por deliberação da 17.ª Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de setembro de 2016, decidiu iniciar naquela data um procedimento de revisão do regulamento municipal do prémio de distinção empresarial, determino, nos termos e para os efeitos do disposto no número 1 do artigo 98.º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que:

1 - Os particulares poderão constituir -se como interessados no procedimento de revisão regulamentar e apresentar contributos, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do início do presente procedimento no sítio institucional da Câmara Municipal de Odivelas, www.cm-odivelas.pt, através de requerimento a enviar para o endereço eletrónico: atividadeseconomicas@cm-odivelas.pt, devendo constar no referido requerimento os dados necessários para serem identificados consoante se trate de pessoa singular ou coletiva: o nome ou a denominação social, o número de identificação fiscal ou o número único de pessoa coletiva, a morada da residência ou da sede e o endereço eletrónico;

2 - O Senhor Chefe da DLAEPC, Dr. António Janeiro, seja designado como responsável pela direção do procedimento regulamentar, delegando-lhe o poder de direção do procedimento, podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários ou convenientes à sua condução;

3 - O presente Despacho seja publicado no sítio do Município de Odivelas e nos demais meios habituais.

4 - Se dê conhecimento do presente Despacho e da deliberação da 17ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.



Odivelas, 28 de novembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 54/PRES/2016

Assunto: Tolerância de ponto

1 – Considerando a tradição existente no sentido da concessão de tolerância de ponto nos serviços públicos na quadra natalícia, pela relevância que a mesma assume enquanto momento de reunião familiar;

2 - Considerando que a tolerância de ponto nesta época contribui para a dinâmica da Economia Local e Regional;

Determino, nos termos da competência que me é atribuída pela al. a), do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que nos próximos dias 26 de dezembro de 2016 e 2 de janeiro de 2017 seja concedida tolerância de ponto aos trabalhadores municipais.

Ficam excecionados do presente despacho, os trabalhadores municipais que exercem funções na Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos Polos, aos quais é concedida tolerância de ponto nos dias 24 e 31 de dezembro de 2016, atendendo a que se prevê uma menor afluência de utentes a estes equipamentos.

Ficam, também, excecionados do presente despacho, os trabalhadores da Loja do Cidadão que, pela especificidade desse espaço, usufruirão de tolerância de ponto, nos termos a acordar entre os trabalhadores e a coordenação da Loja, bem como os serviços que, atenta a imprescindibilidade do seu funcionamento, não possam dispensar os seus trabalhadores, caso em que os mesmos usufruirão das referidas dispensas em momento posterior, a acordar com o respetivo superior hierárquico.

Solicito, todavia, a todos os serviços que prestam atendimento ao público que procedam à divulgação deste despacho, afixando-o nas respetivas portas, para que o mesmo seja do conhecimento antecipado dos Municípes.

Odivelas, 05 de dezembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de novembro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/11933, de 2016.11.30:

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2016/23260

Interno/2016/4073 de 2016/04/22

Assunto: Proposta de Regularização da Dívida de Isaura da Conceição Montolha Ramos, Rua Fernão Lopes, n.º 4 – 3º Esq.- Póvoa de Santo Adrião – T2

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo face ao informado e proposto.”

Notifique-se a arrendatária, nos termos propostos, sobre novo plano de regularização visando obter indemnização devida pela família à CMO, no valor de 3.148,92€. Manter esta situação sob acompanhamento próximo de forma a detetar e intervir precocemente sobre possível incumprimento.”

Data da decisão: 2016/11/25

EDOC/2016/51759

Interno/2016/9615 de 2016/09/28

Assunto: Proposta de atribuição do fogo sito na Rua Elysio Moura, n.º 4 – 2º Dt. - Arroja – Odivelas – T2 a Manuel da Luz Gomes Cabral Monteiro

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Proceda-se ao realojamento do agregado familiar de Manuel da Luz Gomes Cabral Monteiro, nos termos propostos. Promova-se a demolição da barraca. Oficie-se o agregado familiar conforme proposto.”

Data da decisão: 2016/11/10

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2015/3382

Interno/2016/9994 de 2016/10/10

Assunto: Atualização da renda e Acordo de regularização de dívida – Nome: Maria da Conceição Santana Necas – Morada: Praceta Alice Pestana, n.º 3 – 3º A - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos o acordo de regularização de dívida das rendas em atraso, bem como o novo valor de renda e comunique-se ao DJGFP/DFA. Mantenha-se a situação sob acompanhamento, nomeadamente através de visitas domiciliárias.”

Data da decisão: 2016/11/10

EDOC/2015/4049

Interno/2016/9874 de 2016/10/06

Assunto: Reanálise da situação contratual do locado sito na Rua António Aleixo, n.º 9 – R/C Esquerdo – Póvoa de Santo Adrião. Proposta de cessação do contrato de arrendamento por renúncia do arrendatário – António Paulo Francisco Matoso

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, em face do informado e proposto. Segue ofício e edital n.º 16 (4) assinados. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2016/11/10

EDOC/2015/4432

Interno/2016/10274 de 2016/10/21

Assunto: Análise à situação contratual relativa ao locado sito no Bairro Olival do Pancas, Lote 57, 1º B, em Pontinha – Arrendatário: Viegas Afonso

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, em face da análise social e jurídica apresentada. Segue ofício assinado. Email enviado. À Divisão de Habitação para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2016/11/10

EDOC/2015/67236

Interno/2016/9973 de 2016/10/10

Assunto: Proposta de extinção de dívida de rendas de Pedro Gomes Lopes de Almeida, referente ao locado sito na Rua Paiva Couceiro, n.º 1 – 1º Dtº em Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto.”

Ao Sr. Presidente da CMO, com proposta de aprovação da extinção da dívida ao antigo arrendatário municipal Pedro Gomes Lopes de Almeida, considerando o parecer jurídico anexo à etapa 23, nomeadamente quando se prevê que os encargos para o MO venham a ser superiores à verba reivindicada pelo município.”

Data da decisão: 2016/11/10

EDOC/2016/10444

Interno/2016/8704 de 2016/08/31

Assunto: Pedido de Informações sobre compra de habitação – Rua Rainha Santa Isabel, 3, 3º Esq. – Quinta das Pretas, Famões – Maria do Carmo Gomes Varela – reapreciação ao abrigo do novo Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais.

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se nos termos propostos. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2016/11/10

EDOC/2016/11235

Interno/2016/10037 de 2016/10/11

Assunto: Proposta de reivindicação do locado sito na Praceta Alice Pestana, n.º 3 – R/C B, em Arroja – Ocupante ilegal – Miguel Curro Pinto

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o exposto, considerando a análise social e jurídica apresentada. À consideração do Sr. Presidente da CMO, análise jurídica e demais tramitação adequada (instauração de ação judicial) com vista à reivindicação da posse do fogo, onde permanece Miguel Curro Pinto, ocupante ilegal.”

Data da decisão: 2016/11/10

EDOC/2016/32780

Interno/2016/9978 de 2016/10/10

Assunto: Revisão de renda – Exclusão de Pedro Rocha – Nome: Francisco da Silva Rolim – Morada: Praceta 25 de Agosto, n.º 4 – R/C Esq. - Famões



Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos o novo valor de renda e comunique-se ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão de Pedro Francisco Domingues Rocha do agregado familiar por existência de alternativa habitacional.”

Data da decisão: 2016/11/10

EDOC/2016/51619

Interno/2016/10318 de 2016/10/19

Assunto: Transferência de fogo – Nome: Paulo Moreira – Morada: Praceta dos Cravos, n.º 3 – R/C Dtº - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Oficie-se nos termos propostos a transferência de habitação, bem como o novo valor de renda e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/11/10

EDOC/2016/51759

Interno/2016/10478 de 2016/10/21

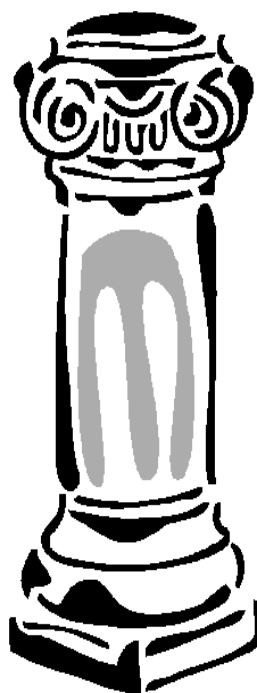
Assunto: Realojamento – Nome: Manuel da Luz Gomes Cabral Monteiro – Morada: Rua Elysio Moura, n.º 4 – 2º Dtº - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Proceda-se ao realojamento do agregado familiar de Manuel da Luz Gomes Cabral Monteiro, nos termos propostos. Promova-se a demolição da barraca. Oficie-se o agregado familiar conforme proposto.”

Data da decisão: 2016/11/10



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 24 de novembro de 2016

Publica-se no presente boletim os documentos aprovados no período antes da ordem do dia da 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal. Os textos dos documentos em causa não foram publicados no boletim n.º 23 de 2016, por não terem sido disponibilizados pelos serviços.

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

Miguel Luís Kolbak da Veiga nasceu no Porto a 30 de Junho de 1936, licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra e inscreveu-se como advogado a 9 de Junho de 1961.

Exerceu a sua atividade no Porto e foi vogal do Conselho Regional da Ordem dos Advogados durante dois mandatos.

Foi um dos fundadores do PPD em 1974 ao lado de Sá Carneiro e Pinto Balsemão.

Agraciado com a Ordem da Liberdade, foi igualmente distinguido pela Câmara do Porto com a Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro.

Era um homem livre e fez questão em o demonstrar em várias ocasiões, tendo apoiado Mário Soares na sua primeira eleição para Presidente da República, Rui Rio na eleição para a Câmara do Porto e Rui Moreira nas últimas eleições autárquicas.

Considerava-se laico, republicano e social-democrata princípios que entendia serem a identidade reformista do partido.

Faleceu a 14 de novembro de 2016, vítima de doença prolongada.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida a 24 de novembro de 2016, delibera manifestar o seu pesar pela morte de um democrata que desempenhou um importante papel na vida política Portuguesa.

Sendo aprovada deverá ser enviada:

- Família;
- Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República;
- Câmara Municipal do Porto;
- Assembleia Municipal do Porto

(Documento apresentado pela bancada do PSD - Aprovada por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE ALFREDO BRUTO DA COSTA

Faleceu no passado dia 11 de Novembro, aos 78 anos, Alfredo Bruto da Costa.

Alfredo Bruto da Costa foi conselheiro de Estado (até janeiro de 2016), ministro dos Assuntos Sociais no governo de Maria de Lurdes Pintassilgo, Provedor da Misericórdia de Lisboa e presidente do Conselho Económico e Social (entre 2003 e 2009).

Era engenheiro professor universitário e investigador no domínio da pobreza, tema do seu doutoramento na Universidade de Bath (no Reino Unido).

Presidiu ainda à Comissão Nacional de Justiça e Paz e coordenou o estudo "Um Olhar Sobre a Pobreza".

A morte de Alfredo Bruto da Costa priva-nos de um dos mais lúcidos e completos de entre nós.

Alfredo Bruto da Costa deu a conhecer a Portugal a realidade da nossa pobreza, com estudos de grande rigor científico. Neles denunciou sempre que a causa principal da pobreza é a distribuição desigual do rendimento.

Mas Alfredo Bruto da Costa não foi apenas um estudioso, mas também um cidadão que fez do combate às causas da pobreza o seu empenhamento fundamental, dando desse modo um testemunho notável de coerência e de sentido de justiça.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 24 de novembro de 2016, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Alfredo Bruto da Costa e apresenta as suas mais sentidas



condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

ALFREDO BRUTO DA COSTA – UM HOMEM ÍMPAR

Alfredo Bruto da Costa deixou-nos no dia 11 de novembro.

Personalidade de relevo na vida política e social, Alfredo Bruto da Costa ocupou elevados cargos, Ministro dos Assuntos Sociais, Presidente do Conselho Económico e Social, membro do Conselho de Estado e Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, entre outros.

Exerceu a docência em várias Universidades portuguesas, tendo-se destacado como especialista na área do combate à pobreza e à exclusão social.

Como referiu o Cardeal Patriarca de Lisboa, na missa exequial, “a Boa Nova aos pobres era a sua inquietação constante”.

Nas palavras do padre Victor Feytor Pinto, sonhava “com uma sociedade em que todos sejam suficientemente iguais”, marcada pela “distribuição dos bens disponíveis” e pela “prática da justiça” e tinha um “sentido de igualdade enorme”.

Era intelectualmente brilhante, não dogmático.

No ano de 2008, esteve presente numa conferência em Odivelas, sobre combate à pobreza, em que foi orador.

Aí repetiu a expressão que tanto gostava, de que era necessário “**dar uma cana de pesca aos pobres**”.

No final, o aplauso vibrante da assistência comoveu-o.

Resta-nos, a todos, o seu exemplo de combate às causas da pobreza e a certeza de que os seus ideais estão bem vivos e a constatação de que Alfredo Bruto da Costa mereceu da sociedade portuguesa o reconhecimento pelas suas qualidades ímpares.

É este grande humanista e português que a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sua 5ª Sessão Ordinária, recorda e lamenta o seu

falecimento, manifestando o mais sentido pesar a toda a sua família.

- a enviar para a Família.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÕES

MOÇÃO

DIREITOS IGUAIS PARA TODAS E TODOS

Considerando que:

1. No passado dia 13 de novembro milhares de imigrantes, de várias nacionalidades, manifestaram-se em Lisboa. Estas pessoas vieram de vários pontos do país, nomeadamente do Alentejo e do Algarve onde residem e trabalham;
2. Na convocatória desta manifestação juntaram-se cerca de 50 organizações da sociedade civil, entre associações, organizações de imigrantes, ativistas, espaços alternativos;
3. Este protesto foi convocado “face ao agravar da situação dos e das imigrantes que connosco vivem e trabalham, nomeadamente o fecho progressivo da legalização, o acumular da burocracia, o tempo intolerável de espera e o bloqueio no acesso aos serviços públicos, nomeadamente à saúde, à segurança social e à educação, políticas que violam os direitos humanos dos e das imigrantes e a sua dignidade”;
4. Nos últimos meses a luta das e dos imigrantes passou por uma concentração frente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e uma manifestação frente à Assembleia da República;
5. Não podemos aceitar que cidadãos e cidadãs imigrantes, que cumpriram todos os requisitos legais exigidos no âmbito do regime de concessão de autorização de residência para exercício de uma atividade profissional dependente e que, inclusive, já pagaram quantias para a sua inscrição junto do SEF que estão na casa dos 800 euros, que esperem, em alguns casos mais de um ano, pela regularização da sua situação;



Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 24 de novembro de 2016, delibera:

1. Saudar todas e todos os cidadãos que saíram à rua a 13 de novembro para reivindicar igualdade de direitos para todas as pessoas;
2. Apelar a todos os partidos representados na Assembleia da República para que desenvolvam todos os esforços no sentido de ultrapassar estes obstáculos com urgência,

Enviar este documento a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, a todas as associações que organizaram a manifestação de 13 de novembro em defesa de “direitos iguais para todos” e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE - Aprovada por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÃO

CONTRA OS ATAQUES VIOLENTOS DA EXTREMA DIREITA RACISTA E XENÓFOBA

Considerando que:

1. Realizou-se no dia 13 de novembro de 2016 uma manifestação promovida por dezenas de movimentos e associações ligadas à luta pelos direitos dos imigrantes. A manifestação visava reclamar alterações ao regime de legalização de imigrantes em Portugal;
2. Na mesma hora e local realizou-se uma manifestação promovida pelo Partido Nacional Renovador (PNR) contra a “legalização de imigrantes” e pela defesa dos “direitos dos portugueses”, sendo gritados insultos racistas e xenófobos e executada a saudação nazi e fascista por vários elementos presentes na manifestação promovida por aquele partido;
3. Com o encontro das duas manifestações geraram-se incidentes que levaram à detenção de um dirigente do PNR, tendo posteriormente a sede do partido Livre sido cercada por militantes do PNR, sem consequências de maior, face à intervenção policial;
4. Nos últimos dias têm-se sucedido ataques violentos contra cidadãos imigrantes e/ou pertencentes a minorias étnicas;
5. Odivelas não está imune às atuações da extrema direita racista e xenófoba. Segundo noticiou o jornal Expresso, a

propósito de investigações levadas a cabo pela polícia, um grupo de extrema direita organiza a sua atividade a partir do concelho de Odivelas;

6. De resto, a conduta dos participantes na manifestação promovida pelo PNR demonstrou sentimentos xenófobos e intolerantes, valores que são expressamente repudiados pela Constituição da República Portuguesa, que chega a proibir a existência de associações (e consequentemente partidos políticos) de carácter racista e fascista (artigo 46.º, n.º 4 da CRP).

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 24 de novembro de 2016, delibera:

1. Repudiar e condenar toda e qualquer manifestação de carácter violento, racista ou xenófobo, como o ocorrido no dia 13 de Novembro de 2016, afirmando os valores da interculturalidade e do respeito pela diferença;
2. Repudiar os comportamentos violentos levados a cabo por participantes na manifestação promovida em Lisboa pelo PNR em 13 de Novembro de 2016, nomeadamente as agressões a 2 cidadãos do Estado Espanhol, manifestando a sua solidariedade com todos os participantes na manifestação promovida no mesmo dia pelas associações de defesa dos imigrantes;
3. Repudiar o cerco à sede do Livre levado a cabo por participantes na manifestação promovida pelo PNR em 13 de Novembro de 2016, manifestando a sua solidariedade com este partido político e os seus elementos, repúdio esse que deverá ser estendido a todas as situações similares;
4. Condenar veementemente a existência de espaços no concelho de Odivelas onde são promovidas ideias fascistas e organizadas ações criminosas e violentas;

Enviar este documento a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Partido Livre a todas as associações que organizaram a manifestação de 13 de novembro em defesa de “direitos iguais para todos” e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)



PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

ACIONAMENTO DA GARANTIA SOBRE A COLOCAÇÃO DO RELVADO DO CAMPO DO SANTA MARIA

Considerando que:

1. As instalações da União Desportiva e Recreativa de Santa Maria foram alvo de uma profunda intervenção que terá ficado concluída em 2013;
2. Uma das obras mais significativas foi a colocação de um relvado sintético no campo de futebol;
3. Desde a instalação do relvado, segundo atuais e ex-responsáveis do clube tinham conhecimento da possibilidade do piso ceder em algumas zonas. Possibilidade essa que também era do conhecimento da empresa responsável pela obra;
4. O relvado manifesta alguma degradação, com o piso a abater em algumas zonas, que são deficiências de construção.
5. A colocação do tapete sintético terminou há menos de cinco anos e que, por essa razão, ainda está a decorrer o prazo de garantia;
6. Diariamente centenas de crianças e jovens usam o campo do Santa Maria e que atualmente as condições para a prática saudável e segura do futebol não estão completamente asseguradas.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 24 de novembro de 2016, recomenda ao executivo municipal que:

1. Continue os procedimentos tendentes a acionar a caução apresentada pelo empreiteiro, levando assim à reparação dos danos existentes e, com isso, assegure que serão repostas as condições de segurança e conforto para a prática desportiva;
2. Proceda à avaliação do parque desportivo do Santa Maria de modo a perceber se há necessidade de corrigir mais problemas cobertos por garantia de obra;

Enviar este documento ao clube União Desportiva e Recreativa de Santa Maria, à Junta de Freguesia da União das Freguesias da Pontinha e Famões, à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Pontinha e Famões e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE - Aprovada por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Miguel Cabrita)

(Aprovado por unanimidade)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

18.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 29 de novembro de 2016

DELIBERAÇÕES

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

MAPA DE PESSOAL 2017 DOS SIMAR LOURES E ODIVELAS PROCESSO 24/DM/2016

Presente para deliberação o “Processo 24/DM/2016 – SIMAR – Mapa de Pessoal 2017”, de acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara com o n.º Interno/2016/10337, de 2016.10.20, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 19*), que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião, remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas nos termos da proposta 371/2016 do Conselho de Administração dos SIMAR Loures e Odivelas, remetida através do ofício S/21852.

(Aprovado por maioria)

DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2017 - SIMAR PROCESSO 22/DM/2016

Presente para deliberação o “Processo 22/DM/2016 – SIMAR – Documentos Previsionais 2017”, de acordo com o constante na informação dos serviços da Câmara com o n.º Interno/2016/10346, de 2016.10.20, aprovado na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 18*), que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião, remetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas nos termos da proposta n.º 369/2016 do conselho de Administração dos SIMAR Loures e Odivelas enviada através do ofício n.º S/21852/2016 de 2016.10.12.

(Aprovado por unanimidade)

**REVISÃO ORÇAMENTAL****14.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL EXTRAORDINÁRIA 2016**

3.ª Revisão Orçamental (extraordinária) de 2016, 14.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2016/11182, de 2016.11.11, aprovada na 22.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 16 de novembro 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23 de 2016, página 8*), que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“PREÂMBULO

A presente REVISÃO ORÇAMENTAL reveste-se de carácter extraordinário e reproduz a necessidade de incorporar no Orçamento do presente ano, a inscrição de novas rubricas em projetos, bem como, ajustamentos nas dotações dos projetos e ações atualmente existentes.

Mapa Resumo do Orçamento
Orçamento de 2016
Resumo do Orçamento – 3.ª Revisão (Extraordinária)

</

(…)

(Aprovado por maioria)**EMPRESA ODIVELAS VIVA, S.A.****AQUISIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS**

Proposta de aquisição da totalidade das participações sociais da empresa “Odivelas Viva, S.A.”, de acordo com a Proposta n.º 18/PRES/2016, de 2016.10.11, aprovada na 22.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 16 de novembro 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23 de 2016, página 10*), que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião, remetida pelo Senhor Presidente da

Em relação à despesa, salientam-se as propostas de ajustamento e de criação de novos projetos/rubricas, enviadas pelos diversos serviços municipais, destacando-se a inscrição de 30.000,00 Euros relativo a Execução e Reparação de Passeios, Valetas e Estacionamento e do reforço no projeto relativo à “Odivelas Viva”, no valor de 27.550,00 Euros.

Numa análise comparativa entre as dotações atuais e o previsto na presente REVISÃO ORÇAMENTAL, verifica-se uma diminuição das despesas de capital em 3.750,00 Euros, por contrapartida de um aumento de igual montante das despesas correntes.

As previsões ao nível da Receita, no registaram qualquer variação.

Odivelas, 11 de novembro de 2016

Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, nos seguintes termos:

“(…)proposta de aquisição, que engloba os ativos de infraestruturas escolares de ensino básico, consubstanciados na Escola EB1/JI do Casal dos Apréstimos, situada na Freguesia da Ramada, com valências de Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º ciclo, e o Pavilhão Multiusos de Odivelas, instruída com o respetivo documento anexo que materializa o Estudo de Racionalidade Económica e Financeira efetuado por empresa externa aos serviços municipais, após o que a mesma será submetida a apreciação da Assembleia Municipal, como órgão com competência para deliberar sobre esta matéria nos termos do previsto no artigo 25.º,



n.º 1, alínea n) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seguindo-se a restante tramitação processual.

Do ponto de vista dos encargos, o Município apenas tem que despendar €27.540,20 (vinte e sete mil quinhentos e quarenta euros e vinte centavos), correspondente ao valor dos 51% de ações pertencentes ao parceiro privado.

A operação que se propõe, constitui um decréscimo de despesa para o Município ao longo do período da parceria, não implicando um aumento da despesa, mas traduzindo, isso sim, uma poupança da ordem dos €912.000,00 anuais, para além de constituir uma intervenção que resulta num investimento e correspondente aumento dos ativos do Município. (...)” (*excerto da Proposta n.º 18/PRES/2016*)

(Aprovado por unanimidade)

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE

Presente para deliberação a “Proposta de Adesão ao Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste”, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11127, de 2016.11.10, aprovada na 22.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 16 de novembro 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23 de 2016, página 10*), que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, para aprovação do seguinte:

Emitir parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, bem como da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão do sistema, nos termos da referida informação e de acordo com a documentação anexa à informação;

Pedido de confirmação da manutenção da integração do Município de Odivelas na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo capital social é de €113.527.680,00 (cento e treze milhões quinhentos e vinte e sete mil e seiscentos e oitenta euros) detendo nela o Município de Odivelas a participação de acionista, conforme figura no Anexo I ao projeto do referido decreto-lei;

Acordo Parassocial, anexo à referida informação, que será celebrado entre todos os acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., e que visa regular algumas matérias relativas à sociedade.

(Aprovado por maioria)

RETIRADA DE PONTO

RETIRAR PONTO DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO

Dado o adiantado da hora Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi posta à votação a passagem do ponto restante para a próxima Sessão da Assembleia:

Ponto 7 – Proposta de Aprovação do Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas, que vem substituir o anterior Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura e Espaço Público de Odivelas.

(Aprovado por unanimidade)